



BOLETIM INFORMATIVO nº 004/2016

Assunto: Alteração dos oriundos da Ata de Registro de Preços SEGER nº 022/2015.

Vitória, 04 de novembro de 2016.

Aos Gestores e Fiscais de Contrato,

Trata-se de alteração dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços SEGER nº 022/2015, de *locação de equipamentos de telecomunicações com capacidade de comutação TDM/IP*, celebrados por diversos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

A mudança nos Termos de Contrato se faz necessária com o objetivo de incluir o Recibo como documento de cobrança na prestação do serviço de locação. Para tanto, a SEGER formulou consulta à PGE, no processo nº 64559459, com base na seguinte documentação:

1. Despacho propondo alteração contratual visando à admissão do pagamento por RECIBO além da NOTA FISCAL/FATURA, fls. 2246;
2. Manifestação da PGE recomendando consulta da Contratada que autorize expressamente a emissão de recibo, fls. 2250 a 2252;
3. Consulta administrativa da empresa Método Telecomunicações e Comércio Ltda junto à Secretaria Municipal de Finanças, de Belo Horizonte, e competente manifestação do órgão tributário, fls. 2254 a 2259;

A PGE manifestou-se favoravelmente quanto ao aceite do recibo como documento de pagamento, fls. 2265 a 2272, assim como pela celebração do aditivo, fls. 2275 a 2279. Ademais, tendo em vista a ressalva do Subprocurador-Geral do Estado para Assuntos Administrativos, foi mantida a redação inicialmente proposta pela SEGER, sem a exclusão ao que se segue ao termo “recibo”.

Portanto, para fins de devida instrução processual orientamos os órgãos a inserir nos autos os documentos 1, 2 e 3, acima relacionados, bem como aqueles dos itens 4 e 5, a seguir:

4. Parecer da PGE quanto à consulta da Método e manifestação favorável à Minuta de Aditivo aos contratos, fls. 2265 a 2279;
5. Termo Aditivo ao Contrato, confeccionado a partir de Minuta analisada pela PGE.

Considerando ainda se tratar de assunto comum a vários órgãos, com base no Enunciado nº 018 do CPGE, para fins de celebração do Aditivo, não se faz necessário o envio dos autos à PGE, desde que a Autoridade competente:

- a) Ateste a identidade de matéria jurídica;
- b) Comprove a identidade das matérias mediante cópia da manifestação jurídica aprovada como paradigma;
- c) Ateste o cumprimento das recomendações indicadas na manifestação jurídica aprovada como paradigma.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – SUBAD
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS – GELOG

Em seguida, o Contratante deverá providenciar a publicação de extrato de Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado. Assim como o gestor do contrato no órgão deverá efetuar a devido registro de celebração de Termo Aditivo no Módulo de Contratos do SIGA.

A propósito, solicitamos que seja remetido o extrato da publicação para o email gelog@seger.es.gov.br para acompanhamento das alterações realizadas e inclusão dos extratos no processo que deu origem aos contratos celebrados.

Finalmente, todos os documentos aqui mencionados estão disponíveis no site da SEGER, no link Gestão de Telefonia/Boletim Informativo – Método Telecomunicações.

Respeitosamente,

Sheila Christina Ribeiro Fernandes
Gerência de Recursos Logísticos | GELOG
Subsecretaria de Estado de Administração Geral | SUBAD
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos | SEGER